

ORÇAMENTAÇÃO DE OBRAS

 **PROF. ANDRÉ PACHIONI BAETA**

Treinamento 100% On-Line com uma abordagem inédita sobre a elaboração de planilhas de orçamento de obras focada na utilização do Sinapi e na jurisprudência do TCU sobre o tema. No decorrer do curso serão apresentadas as recentes mudanças ocorridas no mais importante sistema de referência de custos do Brasil e o impacto das novas regras para elaboração e análise de orçamentos de obras públicas.

BENEFÍCIOS EAD



- Carga-horária: 06 horas
- Material Didático Exclusivo On-Line
- Acessível 24 horas por dia
- Aulas em vídeo HD
- 100% online
- Flexibilidade
- Mais tempo livre
- Economia

APRESENTAÇÃO DO TREINAMENTO

Dispõe a Lei 8.666/93 que as obras públicas somente poderão ser licitadas quando houver um projeto básico aprovado pela autoridade competente e existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários da obra. Dessa forma, a planilha orçamentária da obra a ser licitada se constitui na peça de fechamento do projeto básico, sendo o elemento que o traduz em termos econômicos e financeiros.

Um orçamento mal elaborado pode resultar em uma licitação deserta, na hipótese de os custos de implantação do empreendimento serem omitidos ou subestimados. Da mesma forma, é possível que uma estimativa deficiente dos custos enseje a posterior celebração de aditivos durante a execução contratual, podendo causar atrasos na execução e diversos outros transtornos, inclusive, a paralisação da obra e a consequente rescisão contratual. Por outro lado, podem existir erros ou superestimativas de custos, originando o surgimento de sobrepreço ou de superfaturamento no contrato.

Com relação ao tema, o Decreto 7983/2013 determina que os custos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi sejam utilizados como referências para os valores de obras públicas executadas com recursos federais.

A partir de 2013, iniciou-se processo para aferir as composições de custos do referido sistema referencial, a partir da observação de centenas de obras distribuídas no território brasileiro, realizando-se levantamento de dados do consumo de materiais e de produtividade da mão de obra e de equipamentos para execução de serviços.

Estão sendo apropriadas cerca de cinco mil composições de serviços, com a elaboração de um caderno técnico para cada tipo de serviço, contendo as premissas, condições e critérios de medição e aferição adotados. O trabalho também criará novas composições, agregando serviços que representem as práticas de construção mais recentes. Assim, cerca de duas mil composições aferidas já entraram em produção no novo Sinapi.

Ante o exposto, esse importante treinamento será promovido com uma abordagem inédita sobre a elaboração de planilhas de orçamento de obras focada na utilização do Sinapi e na jurisprudência do TCU sobre o tema.

No decorrer do curso serão apresentadas as recentes mudanças ocorridas no mais importante sistema de referência de custos do Brasil e o impacto das novas regras para elaboração e análise de orçamentos de obras públicas.

PÚBLICO ALVO:

Gestores e fiscais de obras; Gerentes de contratos de obras; Projetistas e empresas de engenharia consultiva; Advogados; Engenheiros; Arquitetos; Construtores; Gestores públicos em geral; Pregoeiros e membros de comissões de licitação; Auditores e servidores de órgãos de controle interno e externo; Orçamentistas; Peritos judiciais; Servidores públicos e profissionais relacionados com o processo de gestão, planejamento contratação e execução de empreendimentos de infraestrutura.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO 1: Como Utilizar o SINAPI para orçar Obras Públicas?

- Propriedades do Orçamento de Obras.
- O processo de formação do preço de obras públicas.
- Disposições do Decreto 7.983/2013.
- Como utilizar tabelas referenciais de custos?
- Exemplos de adaptações nas composições referenciais do Sinapi
- Histórico e origem do Sistema. Como o Sinapi Funciona?
- Tipos e Relatórios Gerados pelo Sinapi: Relatórios de insumos, Relatórios de composições de serviços e Relatórios de orçamentos de projetos.
- Versões do Sinapi. Versão Web (informações disponíveis, acesso, relatórios e utilização)
- SIPCI (informações disponíveis, acesso, relatórios, utilização)
- Projetos padronizados cadastrados
- Manual de metodologias e conceitos do Sinapi
- Catálogo de composições analíticas
- Banco Nacional de Composições; Banco Referencial, Bancos regionais e bancos de instituições
- Responsabilidades do IBGE e da CEF
- O processo de aferição das composições
- “Árvores de Composições”
- Manutenção das composições e dos insumos
- Insumos representativos (C), representados (CR) e atribuídos (AS)
- Tipos de composição de custo unitário do Sinapi
- “Kits de composições”
- Composições Representativas
- Composições Auxiliares de transporte de materiais no canteiro de obras
- Estudo de caso de orçamentação de obras com o Sinapi Aferido
- Jurisprudência do TCU
- Quantificação de serviços utilizando árvores de composições e mediante o uso de composições representativas.
- Encargos Sociais para mão de obra horista e mensalista no Sinapi.
- Conversão dos salários de mensalistas para horistas.
- Composições auxiliares de custo com mão de obra do Sinapi
 - Alimentação dos Empregados
 - Transporte dos Empregados
 - Exames médicos
 - Seguro de vida
 - EPI
 - Ferramentas

- Metodologia de Apropriação dos Coeficientes de Consumo dos materiais de construção no Sinapi
- Custos Unitários dos Materiais
- Metodologia de pesquisa de preços adotada pelo IBGE para alimentação do Sinapi
- Insumos representados x insumos representativos
- Imputação de preços
- Como orçar obras executadas fora dos grandes centros urbanos?
- Custos com fretes
- Coletas extensivas
- Transportes internos da obra
- Metodologia de cálculo dos custos horários produtivos e improdutivos utilizados pelo Sinapi.
 - Vida útil dos equipamentos
 - Seguros e impostos
 - Horas trabalhadas por ano e horas disponíveis por ano
 - Depreciação
 - Juros
 - Custo de manutenção
 - Custos de operação
- O fator de tempo de trabalho (FTT) utilizado pelo Sinapi
- Como conseguir economias na orçamentação das obras com o Sinapi?

MÓDULO 2: Os Impactos da Desoneração da Folha de Pagamento nas Obras Públicas

Perguntas frequentes sobre a desoneração?

- Tratamento diferenciado entre obras de edificação e obras de infraestrutura
- Disposições da Leis 12.844/2013, 13.043/2014 e 13.161/2015
- Quais tipos de obras estão desonerados?
- Como tratar o recolhimento previdenciário das subcontratadas?
- Como tratar os empregados da obra e os da administração central?
- No caso de empresa que apura faturamento em duas atividades distintas, estando somente uma delas possibilitada de enquadramento nas regras da Lei nº 12.844, como se deve apurar a contribuição previdenciária patronal?
- Como preparar os orçamentos para as licitações? Com ou sem desoneração?
- O impacto nos encargos sociais
- Relatórios do Sinapi com ou sem desoneração. Como e quando utilizá-los?
- A incidência da contribuição previdenciária sobre a receita bruta
- Entendimentos do TCU sobre o tema
- O impacto da desoneração da folha nos contratos que estavam em andamento antes da edição das leis. Será necessário realizar o reequilíbrio dos contratos? Como realizar tal procedimento?

MÓDULO 3: A Definição do BDI para as Obras Públicas

- Exigência de Detalhamento do BDI
- Parcelas que Compõem o BDI
 - Despesas Financeiras
 - Administração Central
 - Impostos
 - Seguros e Garantia
 - Riscos (Incertezas e Contingências)
 - Remuneração
- Fórmula de Cálculo do BDI
- BDI de obras beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento
- BDI Diferenciado para Aquisição de Equipamentos
- Obtenção de um BDI de referência
- Acórdão 2.622/2013 – Plenário – Faixa referencial de BDI do TCU para obras públicas

INSTRUTOR



ANDRÉ PACHIONI BAETA

O Professor André Pachioni Baeta é engenheiro graduado pela Universidade de Brasília. Desde 2004, exerce o cargo de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, atuando na fiscalização e controle de obras públicas. Participou, como integrante da equipe de auditoria ou como supervisor da fiscalização, de diversas auditorias de obras públicas.

Atualmente, exerce a função de Assessor em Gabinete de Ministro do TCU.

É autor ou coautor das seguintes obras:

- Livro “Orçamento e Controle de Preços de Obras Públicas”, publicado pela Editora Pini em 2012.
- Livro “RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Aplicado às Licitações de Obras e Serviços de Engenharia”, publicado pela Editora Pini em 2013, atualmente na terceira edição (2016).
- Coautor do Livro “Pareceres de Engenharia”, publicado pelo Clube dos Autores, em 2016.
- Coautor do Livro “Lei Anticorrupção e Temas de Compliance”, 2ª Edição, publicado pela Editora Juspodivm, em 2016.
- Coautor do Livro “Terceirização, Legislação, Doutrina e Jurisprudência”, publicado pela Editora Fórum, editado pela Editora Fórum em 2017, atualmente na segunda edição (2018).
- Coautor do Livro “Novo Regime Jurídico das Licitações e Contratos das Empresas Estatais”, da Editora Fórum (2018).

INVESTIMENTO



R\$ 499,00

(Quatrocentos e noventa e nove reais)

Preço válido para apenas **01 (um) acesso**. Para mais de um acesso solicite sua proposta personalizada.

INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone **(41) 3376-3967**, através do e-mail **contato@contreinamentos.com.br** ou pelo nosso site **www.contreinamentos.com.br**.

O pagamento deverá ser realizado em nome de ConnectON Marketing de Eventos Ltda, CNPJ 13.859.951/0001-62 nos seguintes bancos:



Bradesco

Banco nº 237

Ag. 3200 - C/C 7760-7



BANCO DO BRASIL

Banco nº 001

Ag. 3041-4 C/C 125.211-9



Banco nº 341

Ag. 0615 - C/C 21708-0



**Se preferir entre em contato com nossa
central de relacionamento:**



**Central de
Relacionamento:**
(41) **3376-3967**



(41) **9 9514-1110**

contato@contreinamentos.com.br

Acompanhe nossas Redes Sociais:

